

AD MI NIS TRA ÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

AD MI NIS TRA ÇÃO:



2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Administração: estudos organizacionais e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: estudos organizacionais e sociedade 2 /
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-433-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.334211709>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A construção do campo de estudos em Administração tem passado por uma crescente produção incremental de pesquisas em diferentes partes do mundo em razão das rápidas transformações da realidade social, razão pela qual o presente livro surge para ampliar os debates temáticos com um enfoque pluralístico e fundamentado na riqueza empírica da realidade de um conjunto de estudos de caso.

Esta obra, intitulada “Administração: Estudos organizacionais e sociedade 2”, apresenta uma rica agenda de análises que valorizam a riqueza empírica da realidade administrativa em sua concretude, valorizando no trabalho de campo a construção de reflexões e novos conhecimentos que podem eventualmente corroborar para o avanço das fronteiras científicas, sem um necessário comprometimento com paradigmas ou teorias de *mainstream*.

O objetivo da presente obra é analisar a realidade empírica das organizações e do desenvolvimento organizacional por meio de uma triangulação metodológica de levantamentos bibliográficos com estudos de casos que é funcional para despertar a replicação de uma reflexão crítica sobre a construção do conhecimento científico em Administração com base na análise da realidade.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, este livro foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Os 18 capítulos apresentados neste livro são oriundos de uma reflexão empírica construída por um conjunto de profissionais oriundos de distintas Instituições de Ensino Superior do Brasil e do exterior, corroborando assim para a expansão das fronteiras do conhecimento com base em um trabalho construído coletivamente com várias mãos e buscando difundir a pluralidade de pensamento.

Em nome de todos os pesquisadoras e pesquisadores envolvidos neste livro, comprometidos com o desenvolvimento científico dos estudos administrativos, convidamos você leitor(a) para explorar conosco, neste rico campo epistemológico, toda a riqueza empírica da nossa realidade organizacional contemporânea, pois urge a necessidade de avançarmos com análises mais abertas ao debate e à pluralidade teórico-metodológica.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ORGANISATIONAL DEVELOPMENT. A GENERAL OVERVIEW

Tulio Barrios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117091>

CAPÍTULO 2..... 17

CONSULTORIA EMPRESARIAL E MOTIVAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Diego Felipe Borges Aragão

Francisco Lucas de Sousa

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho

Ana Maria Soares de Sousa

Marcelo Araujo de Sousa

José Santana da Rocha

Neila Pio de Moraes


Neilany Araújo de Sousa

Luzia Rodrigues de Macedo

Maysa Mayanne Moraes de Moura

Thaíla Dália de Sousa Lacerda

Davir Rodrigues dos Santos Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117092>

CAPÍTULO 3..... 28


POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E NÃO FRONTEIRIÇOS

Edemar Rotta

Ivann Carlos Lago

Daniela Moraes de Lima

Neusa Rossini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117093>

CAPÍTULO 4..... 44


SOCIEDADES COOPERATIVAS PRODUCTORAS Y SU FUNCIÓN EN LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN LA CIUDAD DE MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Igor Rivera

Denise Díaz de León

Jovany Arley Sepúlveda Aguirre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117094>


CAPÍTULO 5..... 56

PRODUCTIVIDAD DE LAS TIC Y DISPARIDAD DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL EN LAS MUNICIPALIDADES PERUANAS, 2015-2019

Teófilo Lauracio Ticona

Jarol Teófilo Ramos Rojas


José Luis Morales Rocha
Mario Aurelio Coyla Zela
Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117095>

CAPÍTULO 6..... 75

O EFEITO “LAVA JATO” NO MERCADO DE CAPITAIS E NA TAXA DE CÂMBIO


Vanessa Martins Valcanover
Paulo Sérgio Ceretta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117096>

CAPÍTULO 7..... 87

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÕES E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARINGÁ - PR


Cibele Mantovanni
Luciano Ferreira de Lima
Juliane Sachser Angnes
Marcos Roberto Kuhl

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117097>

CAPÍTULO 8..... 100

REFLEXOS DO COVID - 19 NA RECEITA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DO PIAUÍ


Francinildo Carneiro Benicio
Anderson Lopes Nascimento
Augusta da Rocha Loures Ferraz
Cristiana Aragão Marques Correia Lima
Júlio da Silva Oliveira
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
Gisele Leite Padilha
Ana Luiza Carvalho Medeiros Ferreira
Antônio Vinícius Oliveira Ferreira
Lennilton Viana Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117098>

CAPÍTULO 9..... 134

DESENVOLVIMENTO RENDAS PETROLIFERAS: OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ESCALA LOCAL


Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato
Valdir Júnio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117099>

CAPÍTULO 10..... 148

SOCIEDADE EM REDE: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE OS MEIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS

Raquel Prediger Anjos
Cleonice Alexandre Le Bourlegat

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170910>

CAPÍTULO 11..... 163

A EMPRESA JÚNIOR COMO GRANDE LABORATÓRIO PRÁTICO DO CONHECIMENTO E DA GESTÃO EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA


Brenda Avany Gomes Braga

Leandro Reis Santana

Venicius Lucas dos Santos

Willias Santos da Silva

Meire Ane Pitta da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170911>

CAPÍTULO 12..... 171

CONOCIMIENTO DE LA DIMENSIÓN SOCIOAMBIENTAL Y CONFLICTOS EN LA GESTIÓN DEL ESPACIO UNIVERSITARIO

Aloisio Ruscheinsky

Josep Trenc Esplugas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170912>

CAPÍTULO 13..... 181

LA EDUCACIÓN EN ACADEMIAS COMERCIALES EN ZACATECAS, MÉXICO: TESTIMONIOS DE SU IMPORTANCIA COMO MEDIO DE INSERCIÓN LABORAL Y MOVILIDAD SOCIAL PARA LAS MUJERES

José Roberto González Hernández

Yolanda Guadalupe González Carrillo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170913>

CAPÍTULO 14..... 196

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM DIAGNÓSTICO NO IFMA CAMPUS SANTA INÊS

Genilton Luis Freitas Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170914>

CAPÍTULO 15..... 212

“BATEU, LEVOU!”: ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cledinaldo Aparecido Dias

Vilma Oneide Dias

Kever Bruno Paradelo Gomes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170915>

CAPÍTULO 16..... 226

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO DAS CONTRIBUIÇÕES DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS

EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Michel Lopes França Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170916>


CAPÍTULO 17.....236

IMPLANTAÇÃO DE RASTREABILIDADE EM UM HOSPITAL GERAL, AVALIAÇÃO A PARTIR DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Lucicleide Maria de Azevedo Campelo

Theo Duarte da Costa

Rodrigo d'Avila Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170917>


CAPÍTULO 18.....249

MODALIDADES DE REMUNERAÇÃO MÉDICA EM AMBIENTE HOSPITALAR: NA BUSCA POR UM MODELO SUSTENTÁVEL

Eric Ettinger de Menezes Junior

Daniel Souza Ferreira Magalhães

Emerson Flamarion Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170918>

SOBRE O ORGANIZADOR.....266

ÍNDICE REMISSIVO.....267

DESENVOLVIMENTO RENDAS PETROLIFERAS: OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ESCALA LOCAL

Data de aceite: 01/09/2021

Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato

Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes Campos. Especialista em Custos no Setor Público pela Faculdade Unyleya, em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Batista de Minas Gerais, em Educação Profissional - Universidade Gama Filho e em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes- Campos. Servidora Pública Federal (IFF) atuando na área de Contabilidade e Finanças. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Candido Mendes-Campos. Atua na área acadêmica universitária desde de 2005. Professora das disciplinas ligadas a Contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis, Relações Internacionais e Comércio Varejista
Campos dos Goytacazes
<http://lattes.cnpq.br/6553381108543835>

Valdir Júnio dos Santos

Pós-doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Doutor em Política Social e Trabalho pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Atualmente é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes (UCAM), onde também desenvolve atividades de ensino, orientação e pesquisa. Professor do Curso de Direito dos Institutos Superiores do Censa (Isecensa).

Editor-Chefe do periódico Royalties, Petróleo e Região da Universidade Candido Mendes. Tem experiência na área de Sociologia, Antropologia e Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, Justiça restaurativa, políticas públicas, violência e controle social
Campos dos Goytacazes
<http://lattes.cnpq.br/1923147365101252>

RESUMO: A descoberta de petróleo na Bacia de Campos alterou sobremaneira a configuração sócio-política-administrativa e econômica da região Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que lançou novas bases à perspectiva de desenvolvimento na região. Nesse contexto, vinculado ao fato da Constituição de 1988, ter permitido maior autonomia administrativa e financeira a Estados e Municípios, o presente artigo, tem como objetivo analisar a composição dos gastos públicos sociais e orçamentários do período de 1999 a 2016 (analisando o período da abundância, estabilidade e queda nas taxas de recebimento) no município de Quissamã. Nesse cenário, esse município apresenta-se como um dos grandes beneficiários das rendas do petróleo, visto que na década de 1990 a “febre emancipatória” que acometeu o estado do Rio de Janeiro, também aportou nesse município, já com a abertura orçamentária e administrativa advinda da Constituição Federal. Os resultados da pesquisa apontam que apesar do município ser altamente dependente dessas rendas, também depende de outras fontes de recursos para dinamizar o seu desenvolvimento socioeconômico, e a

construção de padrões mais justos de redistribuição de acesso a bens e recursos públicos .

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento, Rendas petrolíferas e Justiça Intergeracional.

ABSTRACT: The discovery of oil in the Campos Basin has greatly altered the socio-political-administrative and economic configuration of the North Fluminense region in the State of Rio de Janeiro, while at the same time laying new foundations for the development prospect in the region. In this context, due to the fact that the Constitution of 1988 allowed for greater administrative and financial autonomy for states and municipalities, this article aims to analyze the composition of public social and budgetary expenditures from the period 1999 to 2016 (analyzing the period of the abundance, stability and fall in rates of receipt) in the municipality of Quissamã. In this scenario, this municipality presents itself as one of the great beneficiaries of oil revenues, since in the 1990s the “emancipatory fever” that affected the state of Rio de Janeiro also contributed to this municipality, already with the budgetary and administrative opening coming from the Federal Constitution. The results of the research indicate that although the municipality is highly dependent on these incomes, it also depends on other sources of resources to boost its socioeconomic development, and the construction of fairer patterns of redistribution of access to public goods and resources.

KEYWORDS: Budget, Oil Rents and Intergenerational Justice.

INTRODUÇÃO

É perceptível que o efeito dos gastos públicos na economia é uma preocupação recorrente, principalmente frente ao questionamento de como esses gastos impactam no crescimento econômico, assim como, sua potencialidade produtiva. O debate contemporâneo da expansão dos gastos públicos tem como princípio a diferenciação de entendimento frente às estratégias governamentais na elaboração de políticas públicas que visam potencializar o bem-estar dos cidadãos. O cenário sociopolítico criado sedimenta-se na perspectiva diferencial em que grupos de beneficiários tendem a dar apoio político ao governo e seus programas de transferência de renda, enquanto os que financiam essa redistribuição tendem a pressionar o governo para que ocorra a redução dos tributos ocasionando uma ação política de elevados custos.

Com a promulgação da Constituição de 1988, foram criados significativos rearranjos das relações federativas, traduzindo na redistribuição de competências tributárias, na redistribuição dos poderes, e principalmente de recursos entre esferas governamentais, o que consideravelmente ampliou as transferências constitucionais para essas esferas, alterando a repartição do “bolo” tributário e com isso fortalecendo a capacidade de financiamento de gastos e abrindo assim novas perspectivas para a redução da dependência de cobertura das políticas sociais pelo governo federal.

Partindo desse pensamento, pode-se perfazer que o maior problema são os acessos aos recursos. Devido a um processo de descentralização desordenado, muitos entes públicos dependem de transferências para arcar com suas despesas e estas muitas

vezes são efetuadas considerando a posição política, o prestígio e a vinculação partidária, associados a interesses eleitorais e clientelistas. Logo, propor, formular e participar da gestão de alternativas de políticas públicas é um grande desafio para a sociedade civil devido à forma de alocação dos recursos públicos (TEIXEIRA, 2002). Porém, ao que tudo indica Quissamã não faz parte dessa desigualdade e possui capacidade orçamentária e financeira para arcar com seus gastos públicos. Essa teoria aborda o fato de que com a descentralização, tende a criar competição política e fiscal entre os governos locais e provavelmente uma diminuição nos gastos públicos, porém como impacto positivo haveria a expansão das demandas por participação e inclusão nas políticas públicas.

O ENIGMA “DESENVOLVIMENTO”: PRINCÍPIOS

O conceito de desenvolvimento não é único e tampouco se esgota na ideia de desenvolvimento econômico, visto que muitas vezes este parece ser sumarizado na conjugação genérica de crescimento econômico alinhado aos debates do Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB) ou renda per capita. Desse modo, o debate nessa seara fica restrito apenas ao aspecto quantitativo, sendo muito incompleto tomar o desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento (SOUZA, 1997, p.14). Quando se pensa no bem-estar dos indivíduos, não resta dúvida de que existem muitas dimensões a serem solucionadas do que somente a questão monetária (SEN, 1999).

Para Sen (1999), o desenvolvimento não é traduzido como uma “fórmula”, mas sim como elemento de “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento está atrelado à “expansão das liberdades” reais que as pessoas desfrutam, sendo estas bases constitutivas do bem-estar dos indivíduos em sociedade. Porém esse conceito de desenvolvimento é até um pouco ilusório, visto que a liberdade é pensada como poder, autonomia e autodeterminação, em que o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto) ou das rendas individuais são apenas meios para a expansão das liberdades desfrutadas pela sociedade (SEN, 1999, p.17).

Furtado (1961) corrobora com a ideia de que a teoria do desenvolvimento econômico não cabe dentro das categorias de análise econômica, já que a mesma não pode explicar a dinâmica das mudanças sociais, senão de maneira limitada; porém a análise econômica é capaz de identificar alguns mecanismos do processo de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, entende-se que a relevância do governo no desenvolvimento está relacionada à capacidade de incentivos para a acumulação dos determinantes do crescimento econômico. Essa interferência estatal está intimamente ligada ao fato de que, no início da década de 1980, ocorreu a adoção de políticas neoliberais, culminando na revisão do papel do Estado (Pochmann, 2010). Já, para Sen (1999), a liberdade é o ponto central para o processo de desenvolvimento e “também tem de ser amplamente aberta

às pessoas da sociedade”, assim como o dever do Estado está apenas no mínimo e que esse mínimo deve ser elaborado de maneira eficiente e participativa, para que diferentes segmentos da sociedade tenham a possibilidade de imprimir uma agenda pública eficiente.

Para Furtado (1961), o desenvolvimento está atrelado à ideologia do “desenvolvimento nacional”, na medida em que exige um processo de diferenciação nacional no quadro da economia mundial, e que, para haver desenvolvimento, é necessário individualizar-se e ter autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento. Nesse contexto, o Estado é o centro das decisões, ficando com o papel básico na consecução do projeto de desenvolvimento nacional. Essa acepção já era notada no projeto varguista quando este estabeleceu “como estratégia a articulação do enfrentamento político da pobreza e do trabalho” (SANTOS, 2017).

Oliveira (2001) aponta que pensar desenvolvimento local como “qualidade ou âncora da cidadania” é um perigo, visto que, em muitas versões, é o nome do público e não o estatal que estaria posto como um “paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados”, porém articular as dimensões somente na cidadania estariam fadado ao fracasso. A difícil definição do desenvolvimento local esteve amolgada à dicotomia de que “tudo é desenvolvimento local, então nada é desenvolvimento local”. Dessa forma, devemos estar atentos à análise de que o global não é apenas a soma dos poderes locais e que “tudo isto nos leva a colocar que a potencialidade do local está além dele; a potencialidade da cidade, no capitalismo globalizado” (OLIVEIRA, 2001, p.27).

Brandão (2014) reitera a crítica no sentido da bipolaridade “local – global” como escala única (monoescalar) para projetar o desenvolvimento, própria de uma formulação neoliberal. Esse autor analisa a dimensão espacial do subdesenvolvimento para reafirmar a importância das escalas intermediárias entre o local e o global e considera que a diversidade, a multiculturalidade, a própria extensão territorial brasileira, comumente considerada um entrave para o desenvolvimento brasileiro, ao contrário, pode significar um grande potencial para a retomada. E contextualiza que:

[...] o espaço local e regional tudo poderia, dependendo de sua vontade de autoimpulso. A capacidade do local de fundar e coordenar ações cooperativas e reflexões coletivas, baseada nas relações de reciprocidade entre os membros da comunidade local. Em escala global, a exacerbação do desenvolvimento desigual nas diversas nações e blocos de nações tem levado a crescentes diagnósticos e intervenções públicas compensatórias do processo reconcentrador (BRANDÃO, 2014, p.46).

Corroborando com essa ideia, que “abandona-se a perspectiva do desenvolvimento nacional”, Piquet (2007) complementa que:

O nacional dá lugar ao local, e a *gestão* substitui o *planejamento*. Enquanto antes o debate se centrava em torno de questões sobre as desigualdades inter-regionais, sobre as carências de equipamentos urbanos de uso coletivo e sobre a racionalização do uso do solo, agora a questão regional – urbana remete ao campo da competitividade. Entra em moda o planejamento

estratégico – inspirado e baseado no planejamento estratégico empresarial – no qual se advoga que as cidades devem ser administradas como se fossem empresas: todas competindo entre si para atrair investimentos ou turistas (PIQUET 2007, p.27).

É devido a esse “pensamento único”, que invadiu o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local, que teria ocorrido o fim das escalas entre o local e o global. Foi mediante esse pensamento localista que o planejamento tornou-se altamente estratégico no momento em que converge para a elaboração de políticas públicas que foram implementadas nessa concepção teórica e analítica. Assim, desenvolvimento é diferente de crescimento econômico, implicando considerar no mesmo contexto o desenvolvimento produtivo e o desenvolvimento social (BRANDÃO, 2014).

A INSERÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO NORTE FLUMINENSE

A região Norte Fluminense, apresentou períodos áureos e decadentes, ocasionando, assim, a estagnação de sua economia, conforme relata Piquet, Tavares, Monteiro (2017):

Verifica-se, contudo, que, nos anos 1970, a região perdeu a posição de grande produtora, em decorrência, entre outros fatores, da criação, em 1975, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool)- política adotada pelo governo brasileiro para fazer frente à brusca alta dos preços internacionais do petróleo, que abalou o mundo em 1973, no que ficou conhecido como “primeiro choque do petróleo”. Os produtores da região não acompanharam as mudanças tecnológicas modernizadoras que foram adotadas pelos principais empresários do setor no plano nacional, graças aos generosos financiamentos então concedidos pelo governo federal para que o parque industrial brasileiro fosse modernizado e estruturado (PIQUET, TAVARES, MONTEIRO, 2017, p.136).

Com a descoberta de petróleo na bacia de Campos em 1974, em plena crise mundial do petróleo, no auge do regime ditatorial brasileiro, começaram a crescer as especulações e a grandeza dessa descoberta que parecia indicar o prenúncio de um grande futuro para a região (CRESPO, 2003), visto que as atividades petrolíferas estavam sendo inseridas em uma região marcada pela produção da cana de açúcar e pecuária bovina em franco declínio. Esse cenário desembocou em transformações rápidas e radicais na organização do território (PIQUET, 2012).

A região Norte Fluminense é composta por nove municípios, sendo eles: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra (que estão localizados na denominada Zona de Produção Principal¹ da Bacia de Campos), Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana (que estão localizados

¹ Zona de Produção Principal: conformada pelos Municípios confrontantes e os Municípios onde estiverem localizados 3 (três) ou mais instalações dos seguintes tipos : instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, excluindo os dutos; instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, produção e ao escoamento de petróleo e gás natural, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios; (Art. 4. da Lei 7525 de 1986).

na denominada Zona de Produção Limítrofe² da Bacia de Campos), essa configuração demonstra que cinco dos municípios tem uma maior participação no rateio final dos *royalties* e que os demais implicam em um baixo repasse e com a inexistência de recebimento de participações especiais.

O quadro 1, apresenta os percentuais adotados para a distribuição e pagamento dos *royalties*, sobre a produção na plataforma continental, que é o contexto em que está inserida a região Norte Fluminense.

Royalties até 5 %	Royalties excedentes a 5 %
20% Estados confrontantes	20% para os Estados confrontantes
17% municípios confrontantes	17% para os Municípios confrontantes e
3% para os Municípios que sejam afetados pelas operações	3% para os Municípios que sejam afetados pelas operações
de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural	de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural
e de outros hidrocarbonetos fluidos	e de outros hidrocarbonetos fluidos
20% para constituição de fundo especial, a ser distribuído	20% para constituição de fundo especial, a ser distribuído
entre Estados e o Distrito Federal	entre Estados e o Distrito Federal
20% para constituição de fundo especial a ser distribuído	20% para constituição de fundo especial a ser distribuído
entre os Municípios	entre os Municípios
20% para a União, a ser destinado ao Fundo Social	20% para a União, a ser destinado ao Fundo Social

Quadro 1- Percentual dos *royalties* para os municípios com produção na plataforma continental.

Fonte: Elaboração própria a partir da Lei 9.478 de 1997 e alterações.

Conforme demonstrado no quadro 1 e apresentado na tabela 1, os municípios pertencentes à zona de produção principal além de receber os *royalties* até 5%, recebem também o excedente a 5%. Quissamã aparece em terceiro lugar, com um recebimento acumulado de janeiro a julho de 2017 no valor de R\$ 32.354.474,97 perdendo apenas para os maiores recebedores que são Macaé (R\$ 225.451.852,58) e Campos dos Goytacazes (202.869.781,62). Já o município de São João da Barra apresentou um montante recebido de R\$ 47.399.095,80, sendo que esses valores não contemplam as participações especiais. “Essas novas modalidades de receitas arrefecem a pressão sobre os serviços públicos e equipamentos urbanos, bem como possibilitam a reversão das mesmas em políticas

² Zona Limítrofe (à de produção principal): conformada pelos Municípios contíguos aos municípios que integram a Zona de Produção Principal, bem como os Municípios que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo e do gás natural (Art. 4. Da Lei 7.525 de 1986).

sociais e de geração de emprego e renda” (GIVIZIEZ e OLIVEIRA, 2003).

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R\$)			
		Royalties	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado
		até 5%			em 2017
MACAE-RJ	RJ	25.599.122,67	7.992.115,45	33.591.238,12	225.451.852,58
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	3.453.894,18	24.732.486,83	28.186.381,01	202.869.781,62
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	2.368.679,57	4.176.288,63	6.544.968,20	47.399.095,80
QUISSAMA-RJ	RJ	2.123.643,74	2.498.310,30	4.621.954,04	32.354.474,97
CARAPEBUS-RJ	RJ	1.796.929,32	373.828,48	2.170.757,80	15.301.111,35
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	631.965,46	-	631.965,46	4.385.691,64
SAO FIDELIS-RJ	RJ	611.579,47	-	611.579,47	4.244.213,26
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	530.035,55	-	530.035,55	3.678.317,69
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	448.491,60	-	448.491,60	3.112.423,75

Tabela 1- Recebimentos de Royalties pelos municípios do Norte Fluminense – julho de 2017(Milhões).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP (2017).

Esses municípios com expressivos aportes de recursos, provenientes das atividades petrolíferas, apresentam-se completamente diferenciados da realidade brasileira ou até mesmo do restante do estado do Rio de Janeiro, sendo atrelados no dia a dia com a abundância temporária de recursos, já que o petróleo é um recurso finito, com o intuito de promoverem “níveis mais elevados de condições de vida antes de ocorrerem possíveis alterações prejudiciais os seus interesses” (SERRA e TERRA, 2006).

Existe também o pagamento das participações especiais sobre a receita líquida de campos petrolíferos em que conste um expressivo volume de produção. Essa modalidade de pagamento apresenta critérios próprios de distribuição. Tanto para a distribuição dos *royalties*, como das participações especiais, os critérios de distribuição, seguem os estabelecidos pelo IBGE (criou o conceito de área geoeconômica) que é a base para definição de área produtora e área confrontante. Esses critérios são direcionados aos Estados e Municípios. O quadro 2 demonstramos os percentuais adotados para o pagamento das participações especiais sobre a produção petrolífera.

Participação Especial- Lei 9478 de 1997

42% à União, a ser destinado ao Fundo Social.

34% para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

5% para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental.

9,5% para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal.

9,5% para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios.

Quadro 2- Percentual da participação especial para os municípios com produção na plataforma continental.

Fonte: Elaboração própria a partir da Lei 9.478 de 1997 e alterações.

Faz-se necessário acrescentar, que a atividade da indústria do petróleo na Bacia de Campos, especificamente nos municípios pertencentes à região Norte Fluminense, produziu impactos na configuração econômica e social e lançou novos desafios as administrações públicas locais principalmente no campo das políticas pública que alicerçam o bem estar social.

VALORES RECEBIDOS PELO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ PROVENIENTES DAS RENDAS PETROLÍFERAS

Desde década de 1970, a atividade petrolífera na Bacia de Campos, alterou sobremaneira a configuração econômica regional. Assim, é mister relatar que, desde do processo no qual ocorreu a colonização do Norte Fluminense, até a vinda da indústria petrolífera, a principal atividade econômica dessa região era a indústria açucareira. Com a chegada da indústria do petróleo essa configuração foi alterada, tanto economicamente, quanto socialmente, visto que as receitas provenientes das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) têm injetado significativos recursos financeiros nos municípios.

Remontando o histórico de arrecadação, o município de Quissamã recebe royalties e participação especial desde ano de 1999, logo após a edição da Lei do Petróleo, passando a ter o maior PIB per capita da região Norte Fluminense em 2013.

Ano	Royalties + PE	Royalties + PE
	Rio de Janeiro	Quissamã
1999	254.040.687,39	15.900.697,84
2000	906.980.569,40	32.271.214,42
2001	1.096.716.770,29	33.598.003,95
2002	2.032.752.876,77	48.529.278,63
2003	2.797.885.702,20	63.064.726,98
2004	3.280.531.928,85	66.083.508,29
2005	4.076.261.003,70	72.982.583,90
2006	5.103.986.235,00	91.565.639,24
2007	4.473.574.661,97	124.388.669,93
2008	6.585.271.650,44	146.649.730,18
2009	5.772.400.501,35	90.969.685,66
2010	5.767.425.074,22	90.508.817,62
2011	7.311.314.622,26	94.410.013,75
2012	8.417.928.052,25	106.949.297,46
2013	8.229.013.792,99	94.737.917,01
2014	8.194.875.491,77	95.103.720,48
2015	4.864.219.346,38	54.621.192,70
2016	3.841.249.429,93	40.089.495,04
Total	83.006.428.397,16	1.362.424.193,08

Tabela 2- Arrecadação de *royalties* e participação especial em valores correntes de 1999-2016(Milhões).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INFOROYALTIES.

A tabela 2 demonstra os valores arrecadados pelo município no período de 1999 a 2016. Essas rendas petrolíferas, conforme descritos no artigo 20 §1º da Constituição Federal de 1988, não são identificados como tributos e nem como repasses da União aos municípios, são tratadas como compensações financeiras oriundas da exploração de jazidas de óleo e gás. Porém trazendo a realidade econômica municipal, são recursos financeiros que adentram os cofres públicos mensalmente, como é o caso dos *royalties*; e trimestralmente como é o caso das participações especiais. É notório que o município de Quissamã não é um dos maiores recebedores de rendas petrolíferas do estado do Rio de Janeiro, visto que sua arrecadação anual não chega a 1% da arrecadação do estado.

Ano	Receita Corrente Própria	Outras Receitas	Royalties + participação	Receitas Orçamentárias
1999	565.783,06	14.321.110,73	15.900.697,84	30.787.591,63
2000	789.822,89	20.467.353,04	32.271.214,42	53.528.390,35
2001	1.697.172,76	34.493.496,44	33.598.003,95	69.788.673,15
2002	3.953.381,33	40.792.361,19	48.529.278,63	93.275.021,15
2003	7.626.272,24	50.154.053,35	63.064.726,98	120.845.052,57
2004	5.701.582,26	48.191.256,35	66.083.508,29	119.976.346,90
2005	5.549.678,04	44.046.608,89	72.982.583,90	122.578.870,83
2006	5.044.930,85	39.203.108,81	91.565.639,24	135.813.678,90
2007	7.158.039,09	56.078.672,08	124.388.669,93	187.625.381,10
2008	10.143.042,89	70.606.500,43	146.649.730,18	227.399.273,50
2009	5.453.055,94	72.533.298,01	90.969.685,66	168.956.039,61
2010	7.126.990,99	93.235.858,75	90.508.817,62	190.871.667,36
2011	11.614.723,75	106.583.610,51	94.410.013,75	212.608.348,01
2012	11.651.506,84	123.624.829,35	106.949.297,46	242.225.633,65
2013	9.376.711,00	167.133.995,83	94.737.917,01	271.248.623,84
2014	ND	ND	95.103.720,48	ND
2015	8.966.419,13	150.498.266,40	54.621.192,70	214.085.878,23
2016	11.060.604,76	137.054.327,04	40.089.495,04	188.204.426,84
Total	113.479.717,82	1.269.018.707,20	1.362.424.193,08	2.649.818.897,62

Tabela 3 –Evolução das receitas orçamentárias do município de Quissamã 1999-2016 (Milhões).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA e do INFOROYALTIES.

Ao analisar a tabela 3, fica evidenciado que o crescimento anual, bastante acentuado do orçamento municipal deve-se principalmente as rendas provenientes do petróleo, e que no ano de 2008, devido a alta do preço internacional do petróleo e conseqüentemente o aumento da arrecadação, essa dependência foi mais acentuada. Isso significa que de todas as receitas que adentraram aos cofres municipais no referido ano, a grande maioria foi provenientes das rendas petrolíferas, demonstrando assim que o orçamento municipal é extremamente dependente dessas rendas.

Ano	Assistência Social	Saúde	Saneamento	Educação	Cultura	Urbanismo	Habitação	Trabalho
1999	3.216.110,03	4.078.210,50	0	4.876.767,84	0	0	0	0
2000	5.252.506,03	10.480.578,72	0	10.845.620,63	0	0	0	0
2001	8.023.546,46	12.925.624,47	0	11.984.712,33	0	0	0	0
2002	3.893.813,93	18.545.566,25	4.216.877,13	13.502.645,49	419.970,02	5.731.482,00	1.220.919,52	849.714,74
2003	6.194.820,18	19.820.291,09	6.509.939,77	18.456.577,91	1.938.743,37	10.684.251,44	1.438.210,66	1.187.570,80
2004	8.079.315,26	23.723.863,12	4.329.993,76	21.527.529,71	1.392.480,65	10.862.774,78	2.340.254,52	1.199.763,83
2005	7.146.906,65	27.719.929,32	6.169.915,76	20.423.864,92	2.007.827,96	4.477.232,80	1.693.131,99	1.234.963,55
2006	10.457.275,23	28.953.498,78	9.920.462,88	22.818.112,57	5.851.833,50	8.878.874,23	0	1.476.647,36
2007	11.042.037,47	35.410.856,92	12.478.555,76	27.134.889,39	10.743.386,89	10.145.551,67	0	2.297.054,78
2008	15.763.790,41	44.630.293,17	14.790.999,23	31.230.511,20	10.467.321,42	29.514.985,58	0	3.117.236,02
2009	10.056.337,80	38.525.998,90	11.095.260,20	35.697.672,70	6.884.762,30	6.399.967,60	2.077.966,80	1.820.894,00
2010	8.869.661,00	40.340.490,80	3.614.815,60	35.549.392,60	6.917.827,30	12.632.454,20	2.550.828,40	2.114.318,00
2011	9.507.571,33	47.917.761,94	3.089.281,38	42.702.199,11	7.871.548,57	11.483.718,74	2.768.882,17	2.131.767,47
2012	11.883.798,06	50.134.914,19	5.461.687,46	46.946.228,14	9.263.982,34	18.418.561,77	3.769.430,15	2.695.266,85
2013	11.368.360,20	56.975.767,28	1.709.542,69	54.212.132,79	4.500.088,35	19.003.340,51	571.661,02	2.751.936,05
2015	9.336.137,73	54.831.876,15	1.007.459,66	54.448.786,65	1.202.038,62	19.828.989,85	123.830,65	2.118.943,19
2016	8.342.182,65	57.835.833,57	653.353,40	42.863.240,34	754.548,95	13.681.264,55	0	1.981.853,87
	131.942.007,90	545.366.941,48	85.048.144,68	467.513.783,52	70.216.360,24	181.743.449,72	18.555.115,88	26.977.930,51

Tabela 5- Composição dos gastos públicos sociais 1999-2016 (Milhões).

Fonte: Elaboração própria a partir do FINBRA.

Ao efetuar a análise da tabela 5, percebe-se nitidamente que os maiores gastos no período analisado, são os gastos com saúde no valor de R\$ 545.366.941,48 e com educação no valor de R\$ 467.513.783,52. Porém, muitos estudos revelam que à medida que as rendas petrolíferas começaram a ingressar nos orçamentos municipais, ocorreu uma tendência no aumento das despesas com custeio, que são justamente os necessários a manutenção da máquina pública, tais como pagamento de pessoal, aquisição de materiais diversos e tudo o mais necessário para o bom funcionamento do órgão, e por consequência uma boa prestação de serviços à população (COSTA DA SILVA, 2012, p.16).

Através dessas informações entende-se que o aumento das receitas proporcionado pelo recebimento das rendas petrolíferas, altera as preferências de gastos dos Municípios, ao invés de educação se gasta mais com saúde. E à medida que o recebimento dessas rendas apresentam um aumento muito expressivo, o urbanismo passa a ser o item eleito para receber mais recursos entre as demais despesas sociais, no montante de R\$ 181.743.449,72, mais que a assistência que foi da ordem de R\$ 131.942.007,90 . Os demais setores sociais recebem poucos recursos em geral, sendo habitação e trabalho

aqueles que menos recebem, em todos os anos do período estudado.

Alinhado ao debate em defesa de uma aplicação dos royalties que permita a manutenção das condições de vida e sustento para as gerações futuras, quando da finitude desses recursos, faz-se necessário levar em consideração as necessidades atuais da população, e a maneira pela qual os entes públicos buscam cumprir essa premissa. No caso específico de Quissamã, podemos observar que como não existe nenhum dispositivo legal obrigando a administração a utilizar as rendas petrolíferas nos setores sociais, os gastos são realizados de acordo com os interesses dos governos e seus respectivos períodos. Como por exemplo, no exercício de 2016 ocorreram gastos na ordem de R\$ 13.661.264,50 em urbanismo e nada foi gasto com habitação.

Esses dados revelam a importância das rendas petrolíferas para o orçamento municipal de Quissamã, ao mesmo tempo em que expõem os dilemas e paradoxos que necessitam ser enfrentados para a solidificação de um desenvolvimento intergeracional qualificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da década de 1990, com a quebra do monopólio estatal sobre a exploração de petróleo e gás, o território brasileiro passou a ter uma nova configuração no que diz respeito às compensações financeiras devidas nas três esferas de Governo. Após 1997, ano da edição da Lei n. 9478, mais conhecida como “Lei do Petróleo”, lei esta que aumentou a alíquota pelo pagamento de *royalties* e criou as participações especiais, onde as receitas provenientes dessas rendas passaram a crescer de forma mais volumosas.

Nesse contexto a região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta em sua composição quase a totalidade dos seus nove municípios como produtores, passaram a receber volumes crescentes e significativos de recursos financeiros provenientes das rendas da indústria petrolífera. Os orçamentos desse conjunto de município apresentam somas volumosas e “invejáveis”, porém altamente dependente destes. Essa dependência demonstra a incapacidade destes municípios em aplicar esses recursos para a promoção da justiça intergeracional.

Relembrando os debates acerca de uma possível redistribuição das rendas da indústria do petróleo para os demais entes federados, no ano de 2009, não somente para a recente descoberta área do pré-sal, mas também para as áreas pagas através do regime de concessão, representando desta maneira, uma grande ameaça aos orçamentos públicos dos municípios pertencentes à zona de produção principal. E assim, seria inevitável um caos econômico e social e até mesmo a falência frente aos altos níveis de dependência desses recursos.

Observa-se que a perspectiva da justiça intergeracional, não foi cumprida já que os recursos dos royalties não desempenham efetivamente sua função, apesar da evidência

das melhorias no município ao longo do período analisado.

Cabe destacar, que apesar da Constituição Federal de 1988, ter conferido aos municípios uma maior autonomia através do processo de descentralização, o pacto federativo estabelecido vem sendo modificado e com isso tornando a atuação dos municípios mais engessada.

Contudo, é mister ressaltar que a partir de 2013, com a crise no setor petrolífero, influenciado pela queda do preço internacional do petróleo, queda da produção, escândalos na Petrobrás, a dependência em relação a essas rendas foi diminuindo, porém, o Estado passou a ser o maior provedor do município. Foi possível observar que apesar do município ser dependente para a execução de seu orçamento das rendas provenientes do petróleo, somente essas rendas não foram capazes de promover o bem-estar social no município de Quissamã, visto que indicadores sociais ligados ao desenvolvimento humano apresentaram melhorias, porém não foi possível afirmar que esse fato tem relação com o recebimento das rendas petrolíferas. Contudo, Serra (2006) destaca que os recursos provenientes da exploração das rendas petrolíferas sejam utilizados na busca por fonte alternativa de energia, a preservação do meio ambiente e a formação do capital humano pelo fato de se tratar de um recurso natural finito e que as gerações futuras deveriam ser compensadas pelo seu uso hoje.

Conclui-se que, como a legislação é muito branda em relação à aplicação dos recursos provenientes das rendas petrolíferas, a saída esta nos mecanismos transparência e de controle social eficiente para que os investimentos assegurem políticas públicas de cunho intergeracional, de maneira que a dependência dos recursos provenientes do petróleo fosse minimizada ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T.S.; VAZQUEZ, D. *Descentralização, instituições políticas e autonomia: padrões de gasto dos governos locais no Brasil*. In: Congress of the Latin American Studies Association. Rio de Janeiro, jun. 2009.

BARBOSA, Décio H. (coord.). *Guia dos Royalties do Petróleo e do Gás Natural*. Rio de Janeiro: ANP, 2001. 156 p.

CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. *Os gastos públicos no Brasil são produtivos?*

IPEA -planejamento e políticas públicas | n. 23 | jun, p. 233-260, 2001.

FERNANDES, Joseane de Souza, TAVARES, Denise Cunha, CAMPOS, Mauro Macedo. Mobilidade populacional e as novas espacialidades urbanas: municípios da OMPETRO, Rio de Janeiro (2000-2010). *Revista EURE*. Chile: Santiago, PUC. V.41, N. 123 Mayo 2015, pp 53-80.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves, OLIVEIRA, Elzira Lúcia. A pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo. In: PIQUET, Rosélia & SERRA, Rodrigo. *Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro:Garamond, p. 139-168, 2007

PIQUET,R. *Petróleo e Desenvolvimento regional no Brasil*. In: Monié. F. e Binsztok, Jacob (orgs) Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

.. TAVARES, Érica, MONTEIRO, João. Perfil do emprego nos setores açucareiro e petrolífero do Norte Fluminense no período de 1970 a 2000. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 132; v.38 abr/jun 2017. Pág. 131-148.

REZENDE, F. C. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994). *Dados. Revista de Ciências Sociais*. v. 40, n.3, p. 413-440, 1997

..Fatores Políticos e Institucionais nas Teorias Contemporâneas sobre a Expansão dos Gastos Públicos. *Revista de Economia Política*.v.26, n.2, p. 274-289, 2006.

SILVA, J.C. G.; SANTOLIN, R. S. Gastos Públicos e Crescimento Econômico Recente nos Estados Brasileiros. *Revista Economia e Teconologia (RET)*. v. 8, pp. 19-38, 2012.

SILVA, M.S. Teoria do Federalismo Fiscal: notas sobre as contribuições e Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. *Nova Economia*. v.15, n. 1, p. 117-137, jan-abr, 2005.

SILVA NETO, Romeu. *Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogeneidade econômico- regional no Estado do Rio de Janeiro*. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (orgs). *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

TEIXEIRA. E.C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na Transformação da Realidade. AATR- BA. 2002. Disponível em:< http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação social 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97

Ações afirmativas 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211

Administração 18, 19, 22, 27, 31, 75, 86, 98, 99, 100, 104, 130, 131, 145, 180, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 228, 235, 236, 238, 249, 266

Adolescência 212, 213, 215, 221, 223, 224

Adolescente(s) 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Alunos com deficiência 226, 228, 229, 232, 234

Ambiente organizacional 17, 18, 21, 22, 25, 26, 27

B

Bacia de Campos 134, 138, 139, 141

Brasil 20, 21, 27, 28, 31, 34, 36, 37, 39, 41, 42, 76, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 90, 94, 101, 102, 103, 104, 130, 131, 146, 147, 149, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 176, 194, 197, 198, 199, 200, 203, 209, 210, 211, 213, 216, 218, 219, 220, 223, 224, 227, 234, 238, 247, 249, 250, 254, 258, 259, 264

C

CODEM 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Conhecimento 19, 20, 21, 79, 112, 148, 150, 151, 162, 163, 164, 165, 169, 201, 230, 240, 243, 245, 252

Consultoria 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 103, 169

Cooperativas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 137, 258, 263, 266

Custos 134, 135, 215, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 262, 263

D

Desenvolvimento 1, 17, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 113, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 197, 201, 207, 209, 213, 215, 228, 230, 233, 234, 239, 241, 247, 266

Desigualdade social 196, 197, 198, 208, 209, 210

E

Educação empreendedora 163

Empreendedorismo 152, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169

Empresa de *facilities* 226, 230, 231, 234

Empresa Júnior 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Ensino 134, 149, 164, 165, 169, 180, 200, 205, 207, 208, 209, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 233

Escola 197, 201, 204, 205, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 266

F

Fronteira 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 98, 131

Fundo público 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42

G

Gestão 19, 21, 22, 27, 43, 89, 96, 100, 101, 104, 134, 136, 137, 163, 165, 169, 170, 180, 201, 204, 208, 226, 229, 231, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 266

H

Hospital 236, 237, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 259, 263, 265

I

IBOVESPA 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Inclusão social 162, 197, 199, 226, 229, 234

Inovação 95, 96, 148, 150, 151, 152, 155, 159, 166, 180, 226, 229, 266

L

Local 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 89, 94, 99, 113, 120, 134, 137, 138, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 162, 179, 184, 185, 202, 203, 204, 208, 226, 227, 249

M

Médico 190, 203, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 262, 263, 264

MEI 148, 149, 150, 153, 158, 160, 161, 162

Mercado 18, 19, 20, 22, 25, 29, 32, 46, 48, 49, 57, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 89, 148, 149, 155, 156, 165, 166, 167, 168, 169, 197, 210, 227, 250, 253, 256, 264

Minas Gerais 42, 134, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 229

Motivação 17, 18, 23, 24, 25, 26, 89, 160, 227

Municípios 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 88, 97, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 128, 130, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

N

Norte Fluminense 134, 138, 139, 140, 141, 145, 147

O

Operação Lava Jato 75, 76, 78, 79, 82, 83

Orçamento 31, 32, 104, 109, 135, 143, 145, 146, 250, 256

Organização 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 102, 103, 138, 150, 151, 152, 154, 206, 212, 220, 238, 246, 251, 258, 259, 264

P

Paciente 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 263

Pagamento 79, 103, 106, 139, 140, 144, 145, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265

Paraná 89

Petróleo 78, 134, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147

Políticas públicas 31, 33, 40, 41, 88, 95, 97, 98, 104, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 150, 154, 180, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 209, 210, 211, 214, 222, 228, 229, 253, 266

Políticas sociais 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 134, 135, 139

Processos 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 29, 31, 35, 89, 112, 155, 156, 162, 169, 198, 204, 205, 209, 212, 213, 236, 240, 242, 243, 247, 251

Q

Qualidade 22, 25, 32, 45, 87, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 114, 137, 151, 165, 167, 204, 207, 212, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

R

Rastreabilidade 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Rede 78, 148, 150, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 169, 197, 200, 210, 216, 226, 228, 229, 231, 233

Remuneração 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Rendas petrolíferas 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Rio Grande do Sul 28, 29, 30, 34, 41, 42, 75, 131

Royalties 57, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146

S

Saúde 28, 29, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 78, 83, 86, 88, 92, 95, 101, 102, 103, 105, 110, 113,

116, 127, 131, 132, 133, 144, 197, 213, 214, 220, 222, 223, 224, 228, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Sociedade 1, 29, 31, 33, 41, 42, 44, 76, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 104, 108, 131, 136, 137, 148, 150, 164, 165, 166, 169, 198, 200, 209, 210, 222, 227, 228, 229, 234, 266

T

Taxa de câmbio 75

U

Universidade 17, 28, 75, 86, 87, 99, 130, 134, 164, 169, 196, 210, 211, 212, 216, 223, 224, 226, 249, 259, 266

V

Violência 134, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

AD MI NIS TRA ÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021